



ACSS
20 – 11 – 2015
Entrada
45290/2015/ACSS

Fuji/Itau smartDOCs

Ao

CONSELHO DIRETIVO DA ACSS, IP

Parque de Saúde de Lisboa

Edifício 16, Avenida do Brasil, n.º 53

1700 – 063 LISBOA

DMYTRO NAGIRNYAK, com o número de inscrição 31002, de 01.10.2015, melhor identificado no processo aberto através do Aviso n.º 10659-A/2015 – Concurso de Ingresso no Internato Médico vem, em face da publicação da lista provisória de candidatos excluídos, e ao abrigo do ponto 8.4. do referido aviso, apresentar

RECURSO

Daquela lista, o que faz nos termos e com os seguintes fundamentos:

I – QUESTÃO PRÉVIA:

1.º

Entende o ora Recorrente que, apesar de a lista publicada a 17.11 se apresentar sob o título “*Lista Provisória*”, que não obstante, se trata da lista definitiva, atentos os prazos referidos no citado aviso e também pelo facto de já ter existido uma primeira lista provisória.

É com este entendimento e nesta sequência que o ora Recorrente apresenta o presente recurso com fundamento no ponto 8.4. do aviso e não a reclamação prevista no ponto 8.2.

3.º

Contudo, e caso se venha a entender que a lista publicada é a lista provisória, sempre deverá o presente recurso ser convolado em reclamação e ser remetida como tal à Comissão Organizadora.

II – DA EXCLUSÃO:

4.º

Não concorda o ora Recorrente com a sua exclusão, entendendo que a mesma é ilegal.

Porquanto,

5.º

O Recorrente encontrava-se obrigado a apresentar, no âmbito do concurso público para ingresso no Internato médico em 2016, *Bilhete de Identidade, Autorização para o exercício de funções dependentes em território português, ou Cartão do Cidadão*.

6.º

O candidato é natural da Ucrânia, encontrando-se atualmente a residir em Portugal, onde entrou com visto válido, conforme cópia do seu passaporte e do visto, que se junta como – Anexo 1.

7.º

Requereu, em 06.08.2015, autorização de residência, ao abrigo do disposto no artigo 88.º, n.º 2 e 89.º da Lei n.º 23/2007, a que coube o número de registo 62811670, conforme comprovativo que se junta como – Anexo 2.

8.º

Acontece, porém, que, apesar de cumprir com todos os requisitos, ainda não foi emitida a autorização, por atraso que se fica unicamente a dever ao SEF, não tendo o aqui candidato qualquer responsabilidade por não ter o respetivo título para juntar ao presente procedimento, conforme exigido no Aviso de Abertura.

9.º

Com efeito, o candidato está inscrito na segurança social (cf. Anexo 3), tem atualmente um contrato de trabalho (cf. Anexos 4 e 5), e reside com a sua mãe, na Rua Brito Capelo, n.º 27, 1.º Dto., no Entroncamento, em casa de propriedade do seu companheiro, cidadão português, Alberto Fernando de carvalho Bastos (cf. Anexo 6).

10.º

Estes factos, comprovados por documento, constituem prova dos requisitos para que o candidato possa exercer atividade profissional em Portugal, não obstante, e por facto que não lhe é imputável, não ter o respetivo título emitido, pois encontra-se em fase de apreciação e emissão pelo SEF, o que poderá, em caso de dúvida dessa entidade, ser solicitado ao SEF.

11.º

Considera pois o candidato que cumpre os requisitos para ser admitido no presente procedimento, não podendo ser prejudicado, com a espera de mais um ano, por facto que não lhe é, de todo, imputável.

12.º

Mais acresce que, de acordo com o entendimento da Provedoria de Justiça, inserto no Manual “O Recrutamento do Trabalhador Público”, disponível em http://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/O_Recrutamento_de_Trabalhador_Publico.pdf, *“A prova dos requisitos de recrutamento tem carácter instrumental. Os documentos dirigidos a essa prova não são eles próprios requisitos, pelo que não podem ser tratados como tais. Em matéria de prova, nos procedimentos administrativos rege o princípio da liberdade dos meios probatórios, não excluídos por lei, plasmado no artigo 87.º, n.º 1 [parte final], do CPA». De acordo com este princípio, a Administração não tem o poder de dispor ou dizer quanto aos meios de prova admissíveis ou admitidos; «um tal poder dispositivo não existe para quem dirige o procedimento administrativo». É o não preenchimento dos requisitos que pode justificar a exclusão do concurso e não a não junção de um dado documento*

origido pela Administração. Entre os documentos que frequentemente são adotados pela Administração como causa de exclusão são o cartão de cidadão ou bilhete de identidade e o número de identificação fiscal. Nenhum destes releva relativamente a qualquer requisito (legal) de recrutamento. Acresce que, quanto ao primeiro, a Lei n.º 7/2007, de 05.02, estabelece que é «interditada a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio sem consentimento do titular, salvo nos casos expressamente previstos na lei ou mediante decisão de autoridade judiciária».

No que se refere ao número de identificação fiscal, trata-se de «um número sequencial destinado exclusivamente ao tratamento de informação de índole fiscal e aduaneira», pelo que só em relação ao trabalhador recrutado, para reporte dos respetivos descontos na remuneração auferida, pode ser exigida a sua apresentação.»

13.º

No mesmo documento é ainda referido que: *“A nacionalidade não é, em regra, um requisito para o exercício de funções públicas e, por isso, de recrutamento. Tal decorre da abertura constitucional em matéria de equiparação de direitos e deveres entre cidadãos portugueses e estrangeiros. A Constituição, no artigo 15.º («Estrangeiros, apátridas e cidadãos europeus»), n.º 1, estabelece o princípio geral de equiparação entre estrangeiros e apátridas que se encontrem ou residam em Portugal e os cidadãos portugueses em matéria de direitos e deveres. Da equiparação exceciona, no n.º 2 do artigo 15.º, quatro situações: os «direitos políticos»; o «exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico»; «direitos e deveres reservados pela Constituição»*

e direitos reservados pela lei. Os n.ºs 3 a 5 do mesmo artigo da Constituição ressalvam das exceções do n.º 2 a possibilidade de atribuição, por lei e em condições de reciprocidade, a algumas categorias de estrangeiros residentes em Portugal, alguns dos direitos reservados a cidadãos portugueses.»

14.º

Excluir o ora Recorrente significaria lesar o mesmo com a “perda de chance”, que não é de todo aceitável.

15.º

O documento exigido para efeitos de candidatura não releva relativamente a qualquer requisito legal de recrutamento.

16.º

E, concedendo-se que tal autorização para o exercício de funções dependente em território português, possa constituir um documento de habilitação contratual sempre o momento para a sua apresentação terá de ser relegado para o momento de eventual celebração de contrato.

17.º

Com efeito, e apesar de reunir todos os requisitos legais para em Portugal exercer trabalho dependente (o que aliás faz atualmente), não pode o ora Recorrente ser excluído das provas de admissão apenas e tão só por não ter um título formal de autorização.

18.º

Entender como entendeu o júri ao excluir o candidato levaria a fazer prevalecer a forma sob a substância e a promover a violação do Princípio da Igualdade entre os candidatos, o que não é de todo aceitável e que deverá ser revisto.

19.º

O ora Recorrente deu conhecimento destes factos e juntou os respetivos documentos no prazo conferido para a entrega dos documentos, tendo-o feito através da plataforma do concurso.

20.º

Em face do exposto, e na sequência e respeito pelo entendimento acima plasmado, requer o Candidato ora Recorrente que possa ser declarado e considerado que o mesmo preenche os requisitos de admissão ao procedimento, sendo admitido condicionalmente, como aliás muitos outros candidatos o foram, sendo permitida a prestação das provas de seleção e a manutenção do mesmo no procedimento.

Termos em que requer a V. Exa. se digne revogar a decisão de exclusão da lista recorrida, substituindo-a, relativamente ao ora Recorrente por decisão de admissão, ainda que condicional, fazendo assim V. Exas. JUSTIÇA.

JUNTA: 6 documentos.

Pede Deferimento,

O Recorrente,

Dmytro Nagirnyak

ANEX I

Додаток до паспорта України
 Annex to the passport

Паспорт є власністю України
This passport is the property of Ukraine

Іменем України Міністр
 закордонних справ України
 просить усіх, кого це може
 стосуватися, всіма можли-
 вими заходами полегшити
 поїздку пред'явника пас-
 порта, подавати йому
 необхідну допомогу та за-
 хист

In the name of Ukraine,
 the Minister of Foreign Aff-
 aires of Ukraine requests all
 those whom it may concern to
 facilitate in every possible
 way the travel of the bearer of
 this passport and to provide
 the bearer with all necessary
 assistance and protection


 Підпис пред'явника паспорта / Signature of bearer

УКРАЇНА UKRAINE

ПАСПОРТ
 PASSPORT

Тип документа / Document type: Паспорт / Passport

Прізвище / Surname: Р UKR PO254179

Ім'я / Given names: НАГІРНЯК/NAGIRNYAK

Прізвище / Surname: ДМИТРО/DMYTRO

Україна/UKRAINE

02 ЧЕР/JUN 88

Ч/М ІВАНО-ФРАНКІВСЬКА ОБЛ/УКР

17 БЕР/MAR 06 2600

17 БЕР/MAR 16

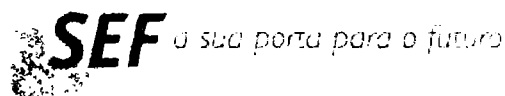
P>UKRNAGIRNYAK DMYTRO
 PO254179 3UKR8806024M1603176 2600

19.08.14 41
ROISSY - CDG
R 553

[illegible][illegible]

AUX02

A Lda Portal do SEF



SEF

Confirmação

Exmo.(a) Sr.(a) **DMYTRO NAGIRNYAK**

A seu registo foi aceite, e foi-lhe atribuído o número **62811670**.

Para se inteirar da situação do registo da sua manifestação de interesse ao abrigo do nº 2 do Artigo 88º e 89º da Lei 23/2007, de 4 de Julho, deverá consultar em <http://sapa.sef.pt>. Para tal deverá fornecer o número de registo atribuído e chave de acesso **9062**

Deverá aguardar o contacto telefónico do SEF, para o notificar do agendamento para se deslocar ao posto de atendimento da sua área de residência.

Deverá consultar e acompanhar a evolução do seu processo em <http://sapa.sef.pt>.

Informação complementar:

Quando se deslocar ao posto de atendimento do SEF, deverá ter consigo os seguintes documentos:

- Fotocópia e original do passaporte
- Comprovativo de entrada legal
- Formulário de Pedido de AR
- Comprovativo de identificação fiscal
- 2 Fotografias tipo passe a cores
- Contrato de trabalho
- Inscrição e comprovativo da situação regularizada na Segurança Social
- Registo Criminal do país de origem
- Alojamento

Mais se informa que o procedimento está dependente do pagamento de taxas respeitantes à recepção e análise dos pedidos efectuados (pedido de Autorização de Residência e de Prorrogação de Permanência, caso não tenha a sua permanência regularizada em Território Nacional), assim como do pagamento de coimas, quando aplicável.

Pode consultar aqui a informação de taxas e coimas aplicáveis.

Taxas Coimas

Acto	Valor Taxa	Países Isentos	Valor Taxa
1 - Recepção e Análise Pedido Prorrogação Permanência	20,50 €	Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé	
2 - Prorrogação de Permanência Até à data do pedido (num máximo de 3 prorrogações)	51,20 €	Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé	
Vinheta	10,20 €		
3 - Recepção e Análise Pedido de Renovação ou Concessão	61,50 €	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé	
4 - Título de Residência Temporário	153,60 €	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé	25,60 €

Deverá imprimir este comprovativo de registo, e guardá-lo em local seguro, pois os dados aqui constantes serão necessários para a consulta da situação do registo da sua manifestação de interesse.

EXTRACTO DE REMUNERAÇÕES

DMYTRO NAGIRNYAK

N.º DE IDENTIFICAÇÃO DA SEGURANÇA
SOCIAL 12064730701R BRITO CAPELO N 27 1 DTO
ENTRONCAMENTO
2330-031 ENTRONCAMENTO

Para conhecimento de V. Exa., junto se envia o extracto das remunerações e ou equivalências registadas em seu nome no Sistema de Solidariedade e Segurança Social, no período de 2015/05 a 2015/09.
Confirme esta informação e, em caso de dúvida, contacte este Serviço.
Em anexo, encontra-se o descritivo do tipo de regime, nome da(s) EE(s) e natureza de valor.

No seu próprio interesse, comunique a eventual mudança de morada.

Trabalhador por Conta de Outrem

20010026327 - RESITEJO ASSOCIACAO GESTAO E TRATAMENTO LIXOS DO MEDIO TEJO

Ano / Mês Referência	Dias	Valor	Natureza do Valor
2015/09	0,0	59,00	X - SUBSÍDIOS DE CARÁCTER REGULAR NÃO MENSAL
2015/09	30,0	565,00	P - REMUNERAÇÃO BASE
2015/08	30,0	585,00	P - REMUNERAÇÃO BASE
2015/08	0,0	58,00	X - SUBSÍDIOS DE CARÁCTER REGULAR NÃO MENSAL
2015/07	30,0	565,00	P - REMUNERAÇÃO BASE
2015/07	0,0	55,00	X - SUBSÍDIOS DE CARÁCTER REGULAR NÃO MENSAL
2015/06	30,0	565,00	P - REMUNERAÇÃO BASE
2015/06	0,0	55,00	X - SUBSÍDIOS DE CARÁCTER REGULAR NÃO MENSAL
2015/05	27,0	510,32	P - REMUNERAÇÃO BASE

Entroncamento 2330-031

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
CDIS - Centro de Desenvolvimento e Intervenção Social
Serviço Local do Entroncamento
Rua Dr. Francisco Mendes de Brito
102-25-1000 ENTRONCAMENTO

(cargo, assinatura e nome do declarante sob carimbo da instituição)



CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO

Entre a **RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO**, Contribuinte n.º 503 914 096, com sede em Rua do Ferro de Engomar, Eco-Parque do Relvão, 2140-671 Carregueira, adiante designada por 1.ª Contratante e **Dmytro Nagirnyak**, residente na Rua Brito Capelo, nº 27 1º Dto, 2330-031 Entroncamento, Passaporte n.º PO254179, adiante designado por 2.ª contratante, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de trabalho a termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis, e ainda pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

A 1.ª Contratante admite ao seu serviço a 2.ª Contratante para a execução dos serviços a que corresponde a categoria profissional de Administrativo de 2ª, com a retribuição mensal de 565,00€. Para além desta retribuição a 2.ª Contratante tem direito a um subsídio de alimentação de 4,27€ por cada dia de trabalho efectivamente prestado e a um Prémio de Desempenho, conforme condições expressas nas normas internas.

Cláusula 2.ª

O local de trabalho da 2.ª Contratante será no Eco-Parque do Relvão, Freguesia da Carregueira, Concelho da Chamusca, ou em qualquer outro estabelecimento da 1.ª Contratante, sendo o período normal de trabalho de oito horas diárias e/ou de quarenta horas semanais.

Cláusula 3.ª

A data da celebração do contrato é em 04 de Maio de 2015 e o início dos seus efeitos é em 04 de Maio de 2015, sendo a respectiva cessação em 03 de Novembro de 2015.

Cláusula 4.ª

O motivo justificativo da presente contratação, deriva do facto de existir necessidade de substituir temporariamente um trabalhador de licença sem vencimento prolongada, Mónica Isabel Duarte Mendonça dos Santos, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do art.º 140º do Código do Trabalho.

Cláusula 5.ª

O período experimental tem a duração de 30 DIAS.

Cláusula 6.ª

A duração das férias são de acordo com os Artigos 237.º a 247.º do Código do Trabalho.

Cláusula 7.ª

O Contrato caduca no termo do prazo estipulado desde que a 1.ª Contratante comunique à 2.ª Contratante com quinze dias antes do prazo expirar, **por forma escrita**, a vontade de o fazer cessar. A 2.ª Contratante para caducar o contrato no termo do prazo estipulado deverá comunicar à 1.ª Contratante com oito dias antes do prazo expirar, **por forma escrita**, a vontade de o fazer cessar.

Cláusula 8.ª

Mantendo-se os pressupostos que originaram a celebração deste contrato, este renova-se no final do termo estipulado, por igual período, na falta de declaração dos contratantes em contrário.

Cláusula 9.ª

A caducidade do contrato que decorra de declaração da 1.ª Contratante confere à 2.ª Contratante o direito a uma compensação nos termos do Artº 366-A do Código do Trabalho na redacção dada pelo Artº 2º da Lei 53/2011, de 14 de Outubro.

Cláusula 10.ª

Se a 2.ª Contratante se pretender desvincular antes do decurso do prazo acordado deve avisar a 1.ª Contratante com a antecedência mínima de trinta dias, se o contrato tiver duração igual ou superior a seis meses, ou de quinze dias, se for de duração inferior.

Cláusula 11.ª

A 2ª Contratante obriga-se a velar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o seu trabalho, que lhe forem confiados pela 1ª Contratante.

Constitui ainda obrigação da 2ª Contratante:

- a) Utilizar correctamente o equipamento de protecção individual de acordo com as instruções que lhe forem fornecidas;
- b) Conservar e manter em bom estado o equipamento que lhe for distribuído;
- c) Participar de imediato todas as avarias ou deficiências do equipamento de que tenha conhecimento.

Constitui justa causa de rescisão do presente contrato de trabalho por parte da 1ª Contratante a falta culposa de observância de normas de higiene e segurança no trabalho por parte da 2ª Contratante. (conforme alínea h) do nº 2 do Artº 351º do Código do Trabalho)

Cláusula 12.ª

A 1ª Contratante adere ao FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) e ao FGCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho), previstos no Artº 8º da Lei n 70/2013, de 30 de Agosto.

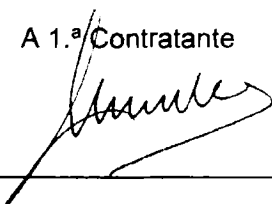
Cláusula 13.ª

Não existe IRCT aplicável, pelo que se aplica o Código do Trabalho e a Remuneração Mínima Nacional.

O presente contrato substitui o objecto do dever de informação previsto no Artigo 106.º do Código do Trabalho.

Carregueira, 04 de Maio de 2015

A 1.ª Contratante



A 2.ª Contratante



DECLARAÇÃO

Diamantino Cordeiro Duarte, portador do CC nº 00376914 3 ZY9, Administrador Delegado da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, contribuinte nº 503914096, com sede na Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão – 2140 – 671 Carregueira, concelho da Chamusca, declara para os devidos e legais efeitos que o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 04 de Maio de 2015, entre esta entidade e o cidadão **Dmytro Nagirnyak**, possuidor do passaporte com o nº PO254179, residente na Rua Brito Capelo, 27 – 1º Dtº 2330-031 Entroncamento, será renovado por um período de seis meses na data do seu termo, pelo que a nova data de cessação do mesmo será em 04 de Maio de 2016.

Eco Parque do Relvão, 27.10.2015

O Administrador Delegado

RESITEJO

Associação de Gestão e
Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

Díamantino Cordeiro Duarte

DECLARAÇÃO

ALBERTO FERNANDO DE CARVALHO BASTOS, Cartão de Cidadão nº 2338958 3ZY4, NIF nº 126212341, proprietário do 1º andar Direito do prédio nº 27 da rua Brito Capelo, 2330-031 ENTRONCAMENTO, do qual é proprietário, conforme cópia da Caderneta Predial Urbana que junta, declara que reside nessa morada, em regime de União de Facto com LYUDMYLA NAGIRNYAK, cidadã ucraniana, portadora do passaporte AX049039, com residência permanente em Portugal concedida através do TÍTULO DE RESIDÊNCIA nº 109K956K7 e que concede alojamento ao filho da mesma, DMYTRO NAGIRNYAK, Portador do Passaporte PO254179, durante o período de permanência do mesmo em Portugal.

Entroncamento, 9 de Julho de 2014

Alberto Fernando de Carvalho Bastos